

MARCOS EHRHARDT JR.

*Coordenador*

*Prefácio*

Heloisa Helena Barboza

IMPACTOS DO  
NOVO CPC E DO EPD  
NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Belo Horizonte



2016

© 2016 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
[www.editoraforum.com.br](http://www.editoraforum.com.br) – [editoraforum@editoraforum.com.br](mailto:editoraforum@editoraforum.com.br)

131 Impactos do novo CPC e do EDP no Direito Civil Brasileiro /  
Marcos Ehrhardt Jr. (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2016.  
451 p.  
ISBN: 978-85-450-0174-4

1. Direito Civil. 2. Direito Processual Civil. 3. Direito do  
Consumidor. 4. Estatuto das Pessoas com Deficiência. 5. Código  
de Processo Civil. I. Ehrhardt Jr., Marcos. II. Título.

CDD 347  
CDU 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da  
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JR., Marcos (Coord.). *Impactos do novo CPC e do EDP no Direito  
Civil Brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 451 p. ISBN 978-85-450-0174-4.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Heloisa Helena Barboza</b> .....	13
-------------------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

<b>Marcos Ehrhardt Jr.</b> .....	17
----------------------------------	----

## PARTE I

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SEUS IMPACTOS  
NO DIREITO MATERIALDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA  
NO NOVO CPC

<b>BECLAUTE OLIVEIRA SILVA</b> .....	21
1 Introdução.....	21
2 Notas sobre a diferença entre dívida e responsabilidade e o vínculo com a desconsideração da personalidade jurídica .....	22
3 Formulação do pedido desconsideração da personalidade jurídica no processo .....	23
3.1 Pedido de desconsideração na petição inicial .....	24
3.2 Incidente processual autônomo de desconsideração .....	25
4 Resposta na desconsideração da personalidade jurídica.....	26
5 Cargas de eficácia da decisão que desconsidera a personalidade jurídica.....	26
6 Consequências da desconsideração da personalidade jurídica .....	29
6.1 Responsabilização do patrimônio de terceiro .....	29
6.2 Desconsideração e a fraude à execução.....	30
7 Recurso.....	31
7.1 Recurso em pedido de desconsideração em incidente autônomo na primeira instância.....	32
7.2 Recurso em pedido de desconsideração em incidente autônomo na segunda instância .....	32
7.3 Recurso em decisão proferida em pedido de desconsideração veiculado na petição inicial .....	32
8 Coisa julgada e a decisão que desconsidera a personalidade jurídica.....	33

9	Conclusão.....	34
	Referências .....	34

## O IMPACTO DO NOVO CPC NO DIREITO CONTRATUAL: A EXIGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

<b>CARLOS NELSON KONDER</b> .....		37
1	Introdução.....	37
2	O novo CPC e a exigência de fundamentação das decisões.....	38
3	A contribuição da teoria da argumentação para a fundamentação das decisões .....	41
4	A peculiaridade dos princípios e sua importância no direito contratual contemporâneo .....	43
5	As decisões que aplicam o princípio da boa-fé como exemplos do desafio a ser enfrentado .....	47
6	Conclusão.....	51
	Referências .....	52

## OS PATRIMÔNIOS DE AFETAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

<b>LUCIANA PEDROSO XAVIER, VIVIANE LEMES DA ROSA</b> .....		55
1	Introdução.....	55
2	O patrimônio de afetação no Código de Processo Civil de 2015.....	57
2.1	A constituição de capital para garantia de prestação alimentícia decorrente de ato ilícito .....	58
2.2	A impenhorabilidade de créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária .....	66
3	Considerações finais: críticas à regulamentação do patrimônio de afetação pelo Código de Processo Civil .....	72
	Referências .....	74

## MEDIAÇÃO, AUTONOMIA E AUDIÊNCIA INICIAL NAS AÇÕES DE FAMÍLIA REGIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>FERNANDA TARTUCE</b> .....		77
1	Relevância do tema.....	77
2	Mediação, autonomia e voluntariedade.....	78
3	É tempo de acordar?.....	81
4	Mediação judicial: opções relevantes .....	84
5	Designação de sessão consensual inicial em demandas familiares regidas pelo novo CPC .....	88
	Referências .....	90

**UM BREVE ENSAIO ACERCA DOS DIVÓRCIOS EXTRAJUDICIAIS  
E DO EQUÍVOCO QUE INFORMA UMA DAS OPÇÕES  
DOGMÁTICAS IDENTIFICADAS NA CODIFICAÇÃO  
PROCESSUAL CIVIL TUPINIQUIM RECÉM-APROVADA**

<b>MARCOS CATALAN</b> .....	93
1 Colunas e aríetes: construção e desconstrução.....	93
2 Decodificando o mosaico formado da fusão de fragmentos jurídicos: Afrodite ou Hefesto?.....	99
Referências.....	104

**A COLAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015**

<b>DANIEL BUCAR, DANIELE TEIXEIRA</b> .....	107
1 Introdução.....	107
2 A legítima.....	108
3 A colação e inovação do Código de Processo Civil de 2015.....	112
4 Conclusão.....	119

**A JUSTIÇA DESPORTIVA COMO MARCO HISTÓRICO  
INAUGURAL DO CRESCENTE FENÔMENO DE  
EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO**

<b>JOSÉ EDUARDO COELHO BRANCO JUNQUEIRA FERRAZ</b> .....	121
1 Introdução.....	121
2 Da crescente tendência de extrajudicialização do direito civil .....	123
3 A justiça desportiva enquanto instrumento de resolução extrajudicial de conflitos de interesse.....	126
4 Conclusão.....	132
Referências.....	133

**O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O NOVO  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ASPECTOS CONTROVERTIDOS  
E QUESTÕES DE DIREITO INTERTEMPORAL**

<b>ANTONIO DOS REIS JÚNIOR</b> .....	135
1 Introdução: a revolução do modelo de proteção da pessoa com deficiência mental.....	135
2 A reavaliação do estado da pessoa com deficiência mental: além da capacidade civil .....	138
3 A pessoa com deficiência mental tem direito adquirido à incapacidade?.....	144
3.1 O princípio da não retroatividade da lei.....	146
3.2 A retroatividade da lei ao estado da pessoa.....	148
3.3 A retroatividade da lei às situações jurídicas existenciais.....	151

3.4	A irretroatividade e a retrospectividade da Lei nº 13.146/15 em face das situações jurídicas subjetivas patrimoniais .....	158
3.4.1	A proteção ao ato jurídico perfeito.....	158
3.4.2	A proteção ao direito adquirido .....	160
3.4.3	A proteção à coisa julgada.....	163
3.4.3.1	A decisão de interdição.....	164
3.4.3.2	As decisões, transitadas em julgado, sobre atos e negócios das pessoas com deficiência mental.....	168
4	Prospectiva em torno da invalidade dos atos e negócios firmados por pessoas com deficiência mental.....	170
	Referências .....	172

## PARTE II

### ESTATUTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO MATERIAL

#### DESVENDANDO O CONTEÚDO DA CAPACIDADE CIVIL A PARTIR DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES,**

**ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA** .....

1	Introdução.....	177
2	Revisitando conceitos clássicos: personalidade, capacidade de direito e capacidade de exercício.....	178
2.1	Incapacidade absoluta e incapacidade relativa até o advento do EPD.....	181
2.2	Função do regime das incapacidades.....	183
3	A ideia contemporânea de capacidade a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	188
4	Reflexões finais.....	200
	Referências .....	201

#### A (IN)CAPACIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELLECTUAL E O REGIME DAS INVALIDADES: PRIMEIRAS REFLEXÕES

**HELOISA HELENA BARBOZA,**

**VITOR DE AZEVEDO ALMEIDA JUNIOR** .....

1	Considerações iniciais.....	205
2	Diretrizes constitucionais .....	207
3	A capacidade civil das pessoas com deficiência mental e intelectual.....	211

4	O regime das invalidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção das Pessoas com Deficiência .....	220
5	Considerações finais.....	225
	Referências .....	226

## A TEORIA DAS INVALIDADES E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – EPD

**CLÁUDIA STEIN VIEIRA,**

**FERNANDO MOREIRA FREITAS DA SILVA .....** 229

1	As alterações na teoria das invalidades. A chegada do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	229
2	Os atos/negócios jurídicos celebrados pela pessoa com deficiência mental/intelectual. A repercussão da incapacidade relativa.....	232
3	O casamento .....	235
4	A imperiosidade da manifestação de vontade livre para a celebração de atos/negócios jurídicos .....	235
5	Conclusão.....	236
	Referências .....	239

## O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O REGIME DAS INCAPACIDADES: BREVE ENSAIO SOBRE ALGUMAS POSSIBILIDADES

**ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA .....** 241

1	Considerações iniciais.....	241
2	O Estatuto da Pessoa com Deficiência e as discussões sobre a capacidade civil.....	244
3	Algumas propostas para reflexão sobre a capacidade da pessoa com deficiência: o necessário olhar sobre um novo sistema .....	245
4	Considerações finais.....	254
	Referências .....	255

## APONTAMENTOS SOBRE AS PRINCIPAIS MUDANÇAS OPERADAS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146/2015) NO REGIME DAS INCAPACIDADES

**BRUNA LIMA DE MENDONÇA .....** 257

1	Introdução.....	257
2	Personalidade, capacidade de fato e capacidade de direito.....	258
3	As mudanças operadas na legislação brasileira pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) .....	263
3.1	A revisão do regime das incapacidades .....	266

3.2	A nova curatela .....	269
3.3	A tomada de decisão apoiada.....	273
5	Conclusão.....	275
	Referências .....	276

## INFLUXOS DE UMA PERSPECTIVA FUNCIONAL SOBRE A (IN)VALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PRATICADOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU PSÍQUICA

<b>RODRIGO DA GUIA SILVA, EDUARDO NUNES DE SOUZA</b> .....	279
1 Da invalidade como instância de controle valorativo da eficácia negocial .....	279
2 A incapacidade do agente como simples ponto de partida no estudo da validade dos negócios jurídicos .....	288
3 Considerações em torno da efetiva proteção da pessoa com deficiência: entre autonomia, discernimento e vulnerabilidade.....	299
4 Síntese conclusiva .....	308

## A TUTELA PSICOFÍSICA DA PESSOA IDOSA COM DEFICIÊNCIA: EM BUSCA DE INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO DE SUA AUTONOMIA EXISTENCIAL

<b>DEBORAH PEREIRA PINTOS DOS SANTOS, VITOR DE AZEVEDO ALMEIDA JUNIOR</b> .....	311
1 Notas introdutórias: o envelhecimento do corpo e a vulnerabilidade social. A tutela da pessoa idosa com deficiência....	311
2 Personalidade, capacidade e liberdade: entre conceitos, sentidos e função .....	314
2.1 A capacidade de direito e de exercício. O regime das incapacidades: absoluta e relativa. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a capacidade das pessoas com deficiência mental e intelectual .....	317
3 Capacidade e autonomia privada: liberdade e discernimento .....	322
4 A vulnerabilidade da pessoa idosa e seu melhor interesse .....	327
5 O direito à autodeterminação do idoso em situações existenciais ...	332
6 A tutela existencial da pessoa idosa com deficiência e os instrumentos de promoção de sua autonomia .....	339
7 Notas conclusivas: soberania da pessoa sobre o próprio corpo e o protagonismo sobre a trajetória da vida .....	345
Referências .....	347



## OS REFLEXOS DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO DIREITO DE FAMÍLIA

**FABIOLA ALBUQUERQUE LOBO, LUCIANA BRASILEIRO,  
MARIA RITA DE HOLANDA SILVA OLIVEIRA,  
CAMILA BUARQUE CABRAL**..... 351

1	A deficiência e sua nova concepção legal.....	351
2	O instituto da interdição diante do novo cenário da curatela e da tomada de decisão apoiada .....	353
3	Os impactos do Estatuto nos direitos existenciais: conjugalidade e parentalidade.....	359
3.1	A conjugalidade da pessoa com deficiência: casamento e união estável .....	360
3.2	Parentalidade: a adoção e o exercício do poder familiar .....	364
4	Conclusões.....	370
	Referências .....	371

## A INFLUÊNCIA DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL SOBRE A (IM)PRESCRITIBILIDADE CONTRA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS MENTAIS APÓS O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**JOSÉ BARROS CORREIA JUNIOR,  
PAULA FALCÃO ALBUQUERQUE**..... 373

1	Introdução.....	373
2	O Estado Democrático de Direito e a capacidade civil dos portadores de deficiência mental .....	376
3	O instituto prescrição para os portadores de deficiência mental no Código Civil.....	382
4	A Constituição como filtro axiológico e metodológico na aplicação da prescrição para os portadores de deficiência mental.....	387
5	Conclusão.....	393
	Referências .....	394

## O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR: DIÁLOGOS E DESAFIOS

**ANDRESSA JARLETTI GONÇALVES DE OLIVEIRA,  
NICOLAS FASSBINDER**..... 397

1	Introdução.....	397
2	A virada de Copérnico do direito no século XX: da codificação clássica à proteção dos vulneráveis.....	398
3	O Estatuto da Pessoa Com Deficiência e o novo Código de Processo Civil: ressignificações no direito privado brasileiro.....	401

4	A atuação jurisprudencial no reconhecimento da hipervulnerabilidade dos deficientes .....	409
5	Notas conclusivas .....	412
	Referências .....	413

**PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 757/2015  
ALTERA O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA,  
O CÓDIGO CIVIL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

<b>FLÁVIO TARTUCE</b> .....	<b>415</b>	
1	A alteração dos arts. 3º e 4º do Código Civil. Retorno parcial à antiga teoria das incapacidades.....	416
2	Da modificação do art. 1.548 do Código Civil. Do casamento celebrado pelo incapaz.....	421
3	Das alterações dos arts. 1.767 e 1.777 do Código Civil .....	423
4	Propostas quanto à tomada de decisão apoiada (art. 1.783-A do Código Civil) .....	424
5	Da repristinação dos arts. 1.768, 1.770, 1.771 e 1.773 do Código Civil de 2002 .....	427
6	Análise pontual da proposta de alteração do art. 1.772 do Código Civil, conforme o projeto do relator.....	429
7	Da inclusão do art. 1.780-A no Código Civil. Da curatela do enfermo ou portador de deficiência física.....	432
8	Das alterações dos arts. 747, 748 e 755 do novo Código de Processo Civil .....	434
9	Da inclusão do art. 763-A no novo CPC. Aplicação residual das regras da curatela para a tomada de decisão apoiada e possibilidade de conversão em curatela .....	438
10	Da inclusão do art. 1.768-B no Código Civil .....	440
11	Da reabilitação do interditado. Proposta de art. 1.775-B do Código Civil. Sugestão de regra de direito intertemporal para as pessoas que se encontram interditadas na entrada em vigor do EPD.....	441
12	Da alteração do art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	443
	<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>447</b>